

**ASPECTOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ASILO DOS EXPOSTOS DA SANTA
CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO, 1902-1950**

Aspects of the pedagogical practices in the asylum of the displayed of São Paulo Santa Casa, 1902-1950

José Fernando Teles da Rocha.¹

Moisés Kuhlmann Jr.²

RESUMO

Este artigo analisa as práticas pedagógicas na escola do Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Esta Instituição fez parte do processo de recolhimento e assistência à criança abandonada na cidade de São Paulo durante os quase duzentos anos de existência. Seguindo esta perspectiva buscamos detalhar as práticas pedagógicas ministradas a essas crianças na escola existente no interior da Instituição. As fontes de pesquisa são, basicamente, os Relatórios da Mordomia, escritos pelos administradores do Asilo, os mordomos dos expostos. Porém, outras fontes primárias são analisadas como jornais, cadernos, anuários de ensino e legislação educacional na perspectiva de entender a política de assistência à infância em São Paulo.

Palavras-chave: Infância abandonada - Instituição – Educação

ABSTRACT

This article analyzes the pedagogical practices at the school in the Asylum of the Displayed of São Paulo Santa Casa de Misericórdia. This institution took part in the process of guarding and protecting the abandoned children in the city of São Paulo during almost two hundred years. According to the perspective we try to detail the pedagogical practices which were applied to these children from the school inside the institution. The sources of this research were, basically, the Reports of the Fringe Benefits written by the managers of the Asylum, the exposed's butlers. However, other primary sources are analysed like: newspapers, notebooks, year-books of instruction, education legislation in the perspective of understanding the policy concerning the assistance to childhood in São Paulo.

Keywords: Abandoned Childhood – Institution – Education

Este texto pretende analisar aspectos das práticas pedagógicas vivenciadas pelos asilados na escola existente no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, entre 1902 e 1950. Notadamente, é nesse período pós-república que avança a política de assistência à criança abandonada, quando a infância se faz mais presente nos discursos de médicos, educadores, juristas e políticos, dentro de um contexto maior

¹ Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Contato: jftr36@hotmail.com

² Doutor em História Social: Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade São Francisco e Pesquisador da Fundação Carlos Chagas.. Contato: mkuhlmann@pq.cnpq.br.

de organização de uma “nova” sociedade e da preocupação com a formação dos futuros adultos.

As crianças objeto deste trabalho são as que estavam vinculadas ao Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, numa dinâmica que compreendia seu recolhimento via Roda dos Expostos ou não – neste último caso quando abandonadas nas ruas, praças, portas de casas ou orfandade –, envio para as amas-de-leite e, finalmente, após dois ou três anos de idade, seu encaminhamento para o Asilo. Esse procedimento ocorreu até o ano de 1936, quando foi instalado o berçário da instituição e extinto o encaminhamento às amas.

Para o desenvolvimento deste estudo, nos valem dos Relatórios da Mordomia e de outras fontes primárias como cadernos de ex-asilada, legislações e anuários de ensino. É por meio desses documentos que tivemos acesso às informações que nos possibilitaram conhecer um pouco mais sobre o cotidiano das crianças institucionalizadas (ROCHA, 2005).

Os relatórios eram escritos anualmente pelo mordomo dos expostos e enviados à Provedoria da Santa Casa e neles podemos encontrar informações sobre o dia-a-dia do Asilo e da própria escola existente em seu no interior. No caso específico deste texto, foi possível analisar relatórios de aulas, metodologias, programas, relacionados às crianças dos 6 ou 7 anos até os 12 ou 14 anos, visto que em outro trabalho (KUHLMANN JR., ROCHA, 2006) já nos ocupamos da educação das crianças dos 0 aos 6 anos de idade.

Fundado em 1824 como unidade anexa à Santa Casa, o Asilo foi transferido, em 1896, para o bairro do Pacaembu. Essa transferência marcou não só a mudança de um prédio para outro. Também colocou em destaque sujeitos e fatos de uma época na qual São Paulo estava passando por uma profunda transformação não só no seu espaço físico, mas também no modo de vida e na mentalidade de seus moradores.

Momento também no qual o governo e algumas iniciativas particulares implementaram uma série de medidas de intervenção no sentido de retirar de circulação, principalmente por meio de isolamento, indivíduos que eram considerados “entraves” para o bom desenvolvimento desta “nova e organizada” sociedade republicana.

Uma das alternativas para esta espécie de isolamento foi a criação de instituições próprias, os chamados asilos, que serviriam para “amparar” órfãos, desvalidos, doentes em geral.

Nessa perspectiva é que se insere o Asilo e, conseqüentemente, sua escola. A primeira informação sobre a sua existência está presente no relatório relativo ao período de 01 de julho de 1902 a 31 de dezembro de 1903 – daí nosso recorte inicial. Nesse relatório verifica-se que a freqüência ao ensino primário foi de 49 asilados, sendo 16 meninos, entre 7 a 11 anos, e 33 meninas, cuja idade variava de e a 12 anos (p.48). O mordomo na época, João Mauricio de Sampaio Vianna, informava que o mobiliário, livros e grande parte dos acessórios foram cedidos à escola por autorização do Dr. Bento Bueno, Secretário do Interior, que “tem demonstrado assim a atenção que a S. Ex^a tem merecido a instrução publica d’este Estado” e acrescentava: “O ensino ahi distribuído aproxima-se do programma official nas escolas mantidas pelo governo, e com o tempo espero modificá-lo tornando-o mais practico” (p.48).

Deste comentário inicial podemos começar a traçar uma linha que leve a compreender qual era, de modo geral, a prática pedagógica ministrada aos asilados durante o recorte histórico demarcado para esta pesquisa.

Na declaração do mordomo dos expostos sobre o ensino ministrado no interior da Instituição, enfatiza-se a proximidade com o programa oficial, ao mesmo tempo em que se manifesta a necessidade de modificações, a fim de torná-lo “mais prático”.

Examinemos, inicialmente, algumas questões relacionadas a esse programa oficial, para depois nos ocuparmos das alegadas necessidades de mudança. A relação com o governo republicano é claramente assinalada por Sampaio Viana, quando menciona o secretário do interior e a doação de mobiliário e material para o Asilo. A ênfase na adoção do programa soa como uma contrapartida à colaboração do governo, mas também responde ao interesse em proporcionar um ensino que possa ter reconhecimento. Vale a pena refletir sobre qual programa oficial era aquele. Quem elaborou? Com qual objetivo? Quais eram as escolas mantidas pelo governo? Quem ensinava?

De acordo com Moraes (2003, p.329), as medidas oficiais da política educacional dos governos republicanos paulistas até o Estado Novo, em 1937, são, basicamente, aquelas propostas no programa do Partido Republicano, ainda nos tempos de propaganda, na sua plataforma de governo, de 1881. Nela é mencionado, por meio da opinião de Francisco Rangel Pestana, o que se pretendia em termos de educação: “O ensino oficial não pôde estar sujeito á influência de escolas philosophicas: deve ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades affirmadas pela sciencia” (MORSE, 1970, p.218).

“Integral, concreto, tão completo...”: essas palavras revelam que a tarefa republicana a ser cumprida não era apenas a de dar instrução pura e simples às crianças por meio do ensino primário uma vez que, embora importante, não era suficiente para formar um cidadão. Era necessário, segundo o ideal republicano, fornecer a educação do sentimento, dos gestos, do corpo e da mente substituindo, de certa forma, a mentalidade humanística e retórica característica do Império e adotando uma tendência científica, capaz de favorecer o desenvolvimento normal, integral, físico, moral e intelectual dos cidadãos.

Paralelamente a essa intenção havia a necessidade – e isso fica bastante claro quando do uso da palavra “concreto” – de se fazer mostrar a educação e dar visibilidade, seja por meio da inauguração de prédios escolares ou mesmo na forma do método empregado, no caso, o intuitivo. E, mais uma vez, recorria-se aos benefícios da Ciência como tábua de salvação para a base da educação pois, como era anunciado, o conhecimento do mundo físico, aliado ao hábito do empirismo científico, poderia garantir a formação do cidadão para a sociedade, principalmente o homem formado e constituído para o trabalho.

Termos como “integral”, “concreto”, “completo” que caracterizavam o programa dos republicanos frente à educação estavam relacionados ao método intuitivo e sugerem uma aproximação com Froebel, Herbart, entre outros educadores que serviram de modelo e inspiração para a aplicação do método no sistema de ensino paulista. Segundo Carvalho, “fornecer tal ensino inteiro, completo, de base científica, condição efetiva da cidadania plena, é o que se entendia como tarefa republicana”. (2003, p.29)

Em relação ao Estado de São Paulo, Antunha observa que a Constituição paulista, de 14 de julho de 1891, estabeleceu que o ensino seria formado pelo “primário, secundário, superior e profissional” (1976, p. 52). Fazendo uso da legislação da época o autor transcreve a seguinte divisão para o ensino:

No nível primário: a) o Jardim da Infância, funcionando anexo à Escola Normal, b) o ensino primário, dividido em dois cursos: o preliminar, com a duração de quatro anos e o complementar, também com quatro anos; **no nível secundário :** a) Curso Ginásial; b) Curso Normal; **no nível superior:** as escolas superiores (1976, p.56).

O Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo, em 30 de março de 1896, por Alfredo Pujol, Secretário de Estado de Negócios do Interior e Instrução Pública, traz a Lei n.º 88, de 1892, que reformou o ensino público no Estado de São Paulo. Entre outras informações há um trecho sobre o método intuitivo/ ensino primário que transcrevemos a seguir, como uma sinalização do que poderia estar sendo aplicado na escola do Asilo.

No ensino primário se observem com rigor os princípios do methodo intuitivo. Mas o ensino intuitivo rigoroso consiste na educação das faculdades de observação, no exercício systematico e racional dos orgams sensoriaes. E este exercício, para que seja systematico, para que seja real, necessita de ser feito exactamente no período em que quase tudo é novo para a intelligencia [...] (1892, p.58).

Ainda em relação ao “programma official” adotado na escola existente no Asilo dos Expostos há, no Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo, de 1894, o que se determinava em termos de ensino. De acordo com o “Conselho Superior de Instrução Publica do Estado”, usando da atribuição conferida pelo artigo 14, § 1º, do regimento de 24 de novembro de 1893, em seu artigo primeiro, decidia que o ensino público primário do Estado constava de dois cursos, um preliminar e outro complementar (p.4). Em seu artigo 3.º, registrava que a “frequência destas escolas será obrigatoria para as crianças de ambos os sexos de 4 annos em diante, até os 12.[...]. (p.4).

Neste momento, então, pensando na escola e na faixa etária das crianças que viviam no Asilo dos Expostos, interessa-nos o ensino primário preliminar. Entre as matérias oferecidas, de acordo com o Regimento, estavam “leitura e deducção de principios de grammatica, escripta e calligraphia, calculo arithmetico, moral practica, historia do Brazil, desenho á mão livre, trabalhos manuais apropriados á idade e ao sexo, cosmographia”, o que vai ser adotado, de forma semelhante, na escola do Asilo.

Chama a atenção o número de disciplinas a serem estudadas. Segundo Reis Filho, o ensino das matérias nas escolas preliminares “tinha em vista o desenvolvimento gradual e harmonioso das faculdades infantis. Principalmente, desenvolver a faculdade de observação pelo emprego dos processos intuitivos” (1995, p.136).

Ressalta-se, porém, que embora utilizando um programa semelhante ao oficial, o ensino dentro do Asilo deve ser analisado levando-se em conta que estamos escrevendo sobre sujeitos com perfis diferenciados dos encontrados nas escolas oficiais. Isso porque

as práticas sociais e pedagógicas ministradas naquela época, com as crianças institucionalizadas, diferenciavam-se das adotadas para com as que eram socialmente instituídas pelo vínculo da família com a escola.

Este fato decorria de uma visão social que algumas escolas/instituições apresentavam em relação aos alunos “sem família”, que exigia a definição de objetivos pedagógicos específicos para formar um cidadão com papel predefinido na escala social em função das suas origens.

A maioria das instituições voltadas a esse perfil de criança buscava encaminhá-la para o “mundo profissional”, ensinando ofícios que, no aspecto econômico, fossem necessários para acompanhar o ritmo de crescimento da cidade de São Paulo. Ofícios como o de marceneiro, alfaiate, sapateiro, entre outros.

Segundo Cunha, “a partir de meados do século XIX, com o aumento da produção manufatureira no Brasil, começaram a ser organizadas as sociedades civis destinadas a amparar órfãos e/ou ministrar o ensino de artes e ofícios” (1979, p.18). Como pode ser notado então a ênfase estava em um fim prático e útil para a sociedade da época.

A rigor, dentro do projeto de constituição da “nova e organizada” sociedade republicana de então, a infância pobre também começava a ocupar um lugar de destaque uma vez que era necessário transformar esta criança em um adulto em ótimas condições de saúde, moralmente bem constituído, cuja educação estivesse voltada principalmente para a formação de uma mão-de-obra capaz de acompanhar as necessidades econômicas do país.

Nas primeiras décadas republicanas, houve a ampliação dos sistemas escolares, carregados de ações voltadas para a infância. No caso específico deste estudo, a infância abandonada, órfã ou desvalida, começava a ser “cuidada” pela “assistência científica”, que ganhava espaço e incorporava com maior racionalidade a “assistência caritativa”, sistema até então estabelecido pelo Estado e instituições religiosas para proteger essa infância.

A “assistência científica” foi elaborada a partir de diferentes influências. Os problemas da vida urbana e das fábricas levaram chefes de polícia, juristas, médicos, religiosos, industriais, educadores, engenheiros e arquitetos a articularem suas iniciativas para implementar uma política assistencial. Aquelas forças manifestavam as suas concepções no interior dos congressos profissionais. A assistência foi dividida em ramos, as suas concepções no interior dos congressos profissionais. A assistência foi dividida em ramos, sendo que a proteção à infância era um de seus principais pilares (KUHLMANN JR., 1990, p.40).

A citação serve para estabelecer uma ponte com o fato de que, por causa dessa mudança na visão assistencial, ganhou força a instalação de instituições educacionais: asilos, jardins de infância e creches; como propostas voltadas à camada mais pobre da população. Numa perspectiva coerente com as proposições da ‘assistência científica’, essas instituições, “concedidas às demandas sociais, tornaram-se portadoras de signos de preconceito – aos mais necessitados, aos incapazes – e de objetivos educacionais associados à essa destinação específica para setores das classes populares, objetivos que almejavam disciplinar e apaziguar as relações sociais” (KUHLMANN JR., 2007, p.165).

Cabe aqui retomar o texto do mordomo dos expostos, em que afirmava a intenção de modificar o programa, para torná-lo “mais prático”, o que vai ao encontro da idéia de se proporcionar uma educação menos intelectual e mais voltada à profissionalização para as crianças pobres.

Outro fator que poderia estar presente na intenção do administrador é que, embora houvesse a referência aos ideais educacionais republicanos, a instrução no Asilo era ministrada pelas irmãs de São José de Chamberry, que cuidavam da administração doméstica interna, “ministrando instrução, educação e criação aos expostos recolhidos ao Asylo” (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1906, p. 69).

Conforme assinala Moraes (2003, pp.59-61), a Congregação de São José havia alcançado prestígio com o Colégio do Patrocínio, em Itu, destinado a filhas de fazendeiros, e passaram a assumir o trabalho em instituições destinadas aos pobres, como o Seminário da Glória, desde os anos de 1870. A organização do seu ensino, que seguia diretrizes francesas, era a mesma em qualquer estabelecimento, incorporando o estudo da língua francesa e outros “atributos” femininos, como a música vocal e instrumental, ao mesmo tempo em que institucionalizava o trabalho doméstico das órfãs. Isso terá ocorrido também, de algum modo, no Asilo dos Expostos. Com o regime republicano, a permanência das Irmãs de São José no Seminário da Educandas foi motivo de conflitos, mas prevaleceu a posição dos setores conservadores, que conseguiram mantê-las em suas funções (id., ibid., p.313-322). As irmãs de São José conseguem até mesmo receber atribuições em outras instituições, como no Asilo dos Expostos, onde permaneceram até julho de 1944.

Com relação ao Asilo, em 1904 o mordomo noticiava sobre o aumento no número de asilados, o que tornou necessário dividir a escola em “três secções”, sendo a primeira para o sexo feminino, a segunda para o masculino e a terceira, para os menores de cinco anos de ambos os sexos. No ano seguinte o sistema continuava o mesmo, apenas com a diminuição no número de alunos nas duas primeiras “secções”, enquanto que na terceira houve um aumento de quase 50 por cento das crianças menores de seis anos.

No ano de 1909 há informações mais detalhadas tanto sobre a escola quanto às matérias ensinadas. Frequentaram as aulas 118 asilados, sendo 55 meninos e 63 meninas. É interessante observar por meio da citação abaixo que o número de disciplinas que compunha a grade curricular era relativamente extenso e diversificado, tanto para os meninos quanto para as meninas. Isso salta aos olhos, pois fora a freqüência na escola, havia ainda o aprendizado nas oficinas e os serviços domésticos, o que os deixava ocupados praticamente durante todo o dia.

A secção masculina, funcionou dividida em duas aulas, tendo sido a primeira freqüentada por 32 alumnos e a segunda por 23. Os da primeira tiveram como programma de ensino o official, com pequenas modificações. As disciplinas abi ensinadas foram: Grammatica Portuguesa, Arithmetica, Geographia, Historia do Brazil e Natural, noções de Geometria, Calligraphia, Gymnastica e Musica. Os da segunda aula, primeiras letras.

A secção feminina como a primeira funcionou em duas aulas, tendo a primeira freqüência de 41 alumnas e a segunda de 22. As da primeira estudaram: Grammatica Portuguesa, Arithmetica,

Geographia, Historia do Brazil, Natural, noções de Literatura, Calligraphia e Francez. As da segunda aula, primeiras letras. (1909, p. 76)

Assim, para as meninas, houve a introdução das noções de literatura e francês, e suprimidas do programa a ginástica, música e noções de geometria. Vale ressaltar que um ano depois foram acrescentadas para as alunas aulas de bordado e costura (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1910, p.105).

O objetivo da inclusão dessas duas últimas aulas ao programa estava no fato de que havia também uma grande preocupação em prepará-las para os serviços domésticos. Tal enfoque, adotado pelas Irmãs de São José no Seminário das Educandas, estava relacionado à questão do trabalho, uma vez que muitas delas, ao saírem do Asilo, se não pelo casamento, estariam prestando sua mão-de-obra em casas de família. Tanto que algumas asiladas ao saírem da Instituição e por terem tido um bom comportamento durante o tempo da institucionalização ganhavam, “por mérito”, uma máquina de costura (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1930, p.132).

Em 1909, a Direção de Instrução no Estado de São Paulo passou às mãos de Oscar Thompson, permanecendo até 1911, segundo Gonçalves (2002). Para Moraes, é na sua gestão e, mais especificamente em 1910, que foram criadas escolas que “destinavam-se ao preparo moral e técnico da força de trabalho, masculina e feminina, requisitada por vários ramos da indústria fabril: mecânica, marcenaria, pintura, etc” (2003, p.35).

Provavelmente essas escolas também serviram para que as crianças do Asilo continuassem seus estudos fora da Casa, uma vez que já tinham, em sua maioria, alguma experiência acumulada nas oficinas da Instituição.

Dois cadernos “brochuras”, doados pela ex-asilada D.R.M. ao Museu da Santa Casa de Misericórdia, nos possibilitam verificar o conteúdo ministrado às meninas. Os cadernos referem-se aos anos de 1917 e 1919 e aos segundo e quarto anos do primário. Ambos os cadernos estão manuscritos à tinta, com boa letra, quase sem borrões. A doação ao Museu, assim como a qualidade das lições, pode fazer supor que se tratava de uma aluna exemplar, que desenvolveu uma boa relação afetiva com a instituição. No primeiro deles, está impresso na capa o seguinte texto: “Escolas Públicas de São Paulo”; o que nos indica que os cadernos, pelo menos naquele ano, foram doados pelo governo do Estado. Embaixo desse texto, num espaço reservado está escrito à mão, “Caderno de Linguagem” e, em seguida, o nome da aluna e a data.

Neste caderno, encontram-se exercícios lexicológicos, problemas de aritmética, cartas, composições, ditados e até mesmo exercícios utilizando tempos verbais em francês. Transcrevemos alguns deles:

Dictado – Uma boa semana

A um menino piedoso e trabalhador, perguntam uma vez: Que fizeste de bom esta semana? Elle respondeu simplesmente: Meu dever e não me queixei de ninguém, de pessoa alguma. Eis tudo – Sim menino, eis tudo, tudo que Deus pede de ti, tudo que devias fazer. Não te queixareis de ninguém, nem de nada é para ti uma semana de sacrifícios, de paz, de submissão, de méritos sobre tudo [...].

Nota-se pelo texto acima a perspectiva de inculcar nos asilados um certo controle por meio da ênfase do bom comportamento, da submissão, do trabalho e humildade como fatores que os levariam a uma certa “redenção”. Não por acaso, o objetivo parece ser o de mostrar que o “segredo” para “uma boa semana” e por que não, de uma vida melhor, residiria na disciplina, na consciência dos deveres e na moral. Eram essas atitudes, entre outras, que possibilitariam a eles uma boa formação e caráter adequado, qualidades extremamente importantes e necessárias ao saírem da Instituição.

Outro exemplo, agora de matemática:

Um carnicheiro comprou 15 vitellas a 58\$ cada uma; 65 carneiros a 24\$, 7 vaccas a 290\$ e 3 bois a 520\$. Quanto gastou e quanto lhe resta de 7:907\$ que tinha?

Solução $58\$ \times 15 = 870\$$ preço das vitellas

$24\$ \times 65 = 1:560\$$ preço dos carneiros

$290\$ \times 7 = 2:030\$$ preço das vaccas

$520\$ \times 3 = 1:560\$$ preço dos bois

O carnicheiro gastou $870\$ + 1:560\$ + 2:030\$ + 1:560\$ = 6:020\$$

Resposta: resta-lhe $7:907\$ - 6:020\$ = 1:887\$$

Pelo exercício transcrito nota-se que a ênfase está no procedimento da resolução do problema, ou seja, no algoritmo, assim como na notação da moeda. A “solução”, ao que parece, não dá chance para que a criança possa tentar outros caminhos.

Naquele ano de 1917 a Lei 1579, de 19/12/1917, estabelecia diversas disposições sobre a Instrução Pública no Estado de São Paulo, que foram regulamentadas pelo Decreto 2944 de 08/08/1918. Em relação ao programa de ensino, para o segundo ano primário, entre outros assuntos, recomendava para a “linguagem oral”, “contos moraes e cívicos, previamente explicados pelo professor e reproduzidos pela classe em aulas posteriores” (ANUÁRIO DE ENSINO, 1918, p.595). Para a “Arithmetica”, as “quatro operações – problemas fáceis-provas, conhecimento de medidas usuas – exercícios práticos e problemas fáceis” (p. 595). Notamos que os exercícios do caderno se assemelham com o programa que veio a ser regulamentado.

Do outro caderno, de 1919, transcrevemos abaixo uma carta, cujo título é “A uma madrinha”:

Querida madrinha

Não ignoro as obrigações que devo a quem quiz cumprir o dever de substituir aos meus dedicados Paes, caso eu tivesse a desgraça de perdê-los. A vossa bondade para commigo basta para eu amar-vos com todas as veias. Permitti que offerecendo-vos os meus bons desejos pela vossa prosperidade, vos considere já como segunda mãe.

Vossa respeitosa afilhada que muito vos estima Aurora.

Observa-se no exercício escrito pela asilada que reconhecimento e gratidão eram palavras-chave em relação ao sentimento por uma pessoa que seria, possivelmente, sua

madrinha ou protetora, quando da ocasião da “possível perda” de seus pais uma vez que as crianças poderiam ter sido institucionalizadas, conforme salientamos anteriormente, por meio da Roda dos Expostos, ou mesmo o abandono ou orfandade. Porém, o que significava para a menina ter que escrever algo cujo tema estava relacionado à família, a “perda” de seus pais, considerando-se a sua condição de asilada? Ao que parece, a carta não foi fruto de sua imaginação, mas parte de um conjunto de destinatários e de assuntos que estão presentes nas correspondências que constam do caderno. Entre outras, há cartas: de pêsames a uma amiga que perde a sua mãe; de convite a uma amiga para o aniversário da mãe, de pêsames a uma senhora que perdeu a filha. Esses temas relacionados à vida familiar podem fazer parte de um rol da programação das Irmãs de São José, para todas as suas escolas, e que não foram questionados pelas professoras, considerando-se a condição das crianças abandonadas, que poderiam ou não ter tido experiência direta das relações familiares. Ou, quem sabe, tenha havido uma intencionalidade das educadoras, no sentido de desenvolver um imaginário dessas relações, como forma de assimilação da sua condição de orfandade ou abandono, com o estabelecimento de vínculos com outros responsáveis, como a madrinha, bem como de preparação para o convívio social, quando viessem a deixar o asilo. De todo modo, a redação desses textos lidava com questões de ordem afetiva e social bastante delicadas para a condição das asiladas.

Em outro exemplo, encontra-se uma composição dirigida ao mordomo, referida, portanto, à vida na instituição. Nela transparece uma certa necessidade de mostrar uma ótima relação entre asilada, direção e Asilo. Embora institucionalizada, sua permanência na Casa parecia ser “extremamente gratificante”. Conforme se pode perceber, a imagem da Instituição era uma referência importante para a aluna, tanto que manifestava muita saudade do local assim como das pessoas que moravam e trabalhavam lá. Vejamos alguns trechos:

A um Bemfeitor

Ilmo Sr. Mordomo

Queira aceitar minbas respeitosa saudações, assim como os ardentes votos que faço diariamente para conservação de sua preciosa existência [...]. [...] Estou muito bem tratada. O bondoso Snr. M. e sua Ex:ma. Snra D.M. nada pouçam para contribuir ao restabelecimento de minha saúde. Eu faço tudo quanto está ao meu alcance para recuperar novas forças afim de voltar brevemente ao meu querido Asylo onde desfructo de uma carinhosa protecção. Apesar de tudo não deixo de sentir as saudades de meu caro ninho. Mil vezes por dia meu pensamento voa junto das pessoas amadas que deixei [...]. (grifos nossos)

Em relação aos problemas matemáticos:

Caminhavam 5 crianças para uma escola, mas duas adiantaram-se por andarem mais ligeiro.

Quantas ficaram atraz?

Solução: $5-2 = 3$

Ao contrário do exercício anterior, transcrito do caderno de 1917, aqui a idéia, provavelmente, era focar a questão da subtração e não no algoritmo da operação. Nota-se ainda que a situação-problema é bastante prática. Poderia, com certeza, ocorrer no dia-a-dia da criança. Assim, sua aplicação estimularia um interesse maior na resolução do exercício pela criança.

Mais um problema :

Custando 1 metro de chita \$ 480, quanto devem custar 15 metros?

*Solução : Se um metro de chita custa \$ 480, 15 metros custarão 15 vezes mais ou $\$ 480 \times 15$
 $m = 7\$200$*

Resposta : O preço de 15 m é 7 \$ 200

Pelo texto do exercício transcrito fica clara a intenção de fazer com que o cálculo do problema a ser realizado pela aluna seja semelhante a uma conta que ela deveria fazer numa loja, numa feira ou mesmo em casa. Ou seja, foi elaborado pensando-se numa situação prática, na qual um dia a asilada possa enfrentar, seja em seu trabalho ou mesmo como dona de casa.

Retomamos novamente à Lei n.º1579. Transcrevemos abaixo alguns itens do programa oficial de ensino, no caso o do “4.º ano” e que podem sinalizar certas relações com os exercícios realizados pela ex-asilada no ano de 1919. Entre outros aspectos, por meio da “linguagem Escripta” deveriam os estudantes realizar “Descrições e narrações”; mudança de redacção e cartas, officios, requerimentos e recibos” (ANUÁRIO DE ENSINO , 1918, p.600). Para o ensino da “Arithmetica”, além da revisão do “estudo feito no 3º ano” , os alunos deveriam aprender “frações ordinárias: questões praticas, estudo do sistema métrico decimal e calculo mental rápido e problemas” (p. 600).

Assim, os dois cadernos trazem exemplos de exercícios que sugerem certa proximidade ao que era determinado pelo programa oficial do Estado de São Paulo.

Em 1920, Antonio Sampaio Dória assume a Diretoria de Instrução Pública em substituição a Oscar Thompson e elabora a legislação para a implantação de uma ampla reforma no ensino de São Paulo. Entre as principais medidas, reduziu-se a escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos.

O Anuário de Ensino do Estado de São Paulo relativo aos anos de 1920-1921 traz a íntegra da Lei 1.750, de 8/12/1920, regulamentada pelo decreto 3.356, de 31/05/1921. Em seu Título I, Artigo 1.º, determinava que a “instrucção publica no estado de São Paulo, comprehende: a) o ensino primário, de dois annos, que será ministrado em escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares” (p.133).

Outra alteração ocorrida, agora em relação à obrigatoriedade, dizia que “as crianças legalmente obrigadas a freqüentar o curso primário de dois anos passaram a ser apenas as de 9 e 10 anos de idade” (ANTUNHA, 1976, p. 163). Além disso, havia a “proscrição” escolar às crianças de 7 e 8 anos. Segundo Antunha, que cita as principais medidas em sua pesquisa relativa à Reforma de 1920, “as crianças dessa idade deixavam de ser obrigadas à freqüência escolar e mais do que isso não lhes seria permitido o ingresso nas escolas públicas antes de completarem 9 anos de idade” (p.163).

Não foi possível encontrar registro algum que permitisse levantar qual a consequência dessa Reforma junto à vida escolar dos asilados. O que sabemos é que a escola, na época, continuava utilizando-se do programa oficial, com as devidas adaptações.

Uma informação encontrada no Relatório de 1926 (p.104) informa sobre uma asilada cursando a Escola Normal da Praça. O objetivo principal, segundo o mordomo, era fazer com que se habilitasse para poder auxiliar as irmãs no ensino na escola do Asilo “e para o fim de adoptarmos o mais possível nas aulas existentes no Asylo, os *programmas officiaes*”. Notícias sobre o encaminhamento de asiladas do Asilo dos Expostos para o magistério foram raras. Ao contrário, por exemplo, do que refere Borges (1980) em relação às internas do Seminário da Glória, na segunda metade do século XIX.

Segundo o Relatório de 1929, no ano de 1927 a escola estava constituída de quatro classes, com 113 asilados, sendo 57 meninos e 56 meninas (p.106). Um ano depois aumentou-se uma classe, embora o número de alunos tenha sido reduzido para 104. No ano de 1930 o Asilo mantinha dois asilados estudando no Liceu Salesiano, um no Seminário de Pirapora e dois no Instituto Anna Rosa (1930, p.132).

De 1931 a 1935 há pouca informação em relação ao ensino: apenas a quantidade de alunos freqüentando as aulas e alguns números dos que estavam estudando fora do Asilo. A partir da década de 40 há um número maior de dados sobre o sistema de ensino.

Apesar do número pequeno de informações sobre a escola/ensino no Asilo naquele período, vale a pena abrir um breve parêntese em relação à política educacional da época, marcada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) que se opunha ao ensino tradicional. O documento defendia a “educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como um dever do Estado, a ser implantado em programa de âmbito nacional” (ARANHA, 1996, p.198). Além disso, criticava o sistema dual que instituía uma escola para a classe rica e outra para os pobres. Um ano depois, Fernando de Azevedo – Diretor Geral de Ensino do Estado de São Paulo – publicou o Código de Educação, conjunto de diretrizes para o ensino do Estado.

Voltando o foco para a política educacional em termos nacionais e paulistas, o binômio educação e trabalho irá continuar, ao longo das décadas de 1930 e 1940, na pauta política e econômica. Após o Golpe de 37, o senso de justiça social “ia sendo explicitado como um ideal de ascensão social pelo trabalho, que tinha no Estado seu avalista e intermediário” (GOMES, 2003, p.446). Segundo a mesma autora, a política estadonovista apontava o “futuro do homem brasileiro como intrinsecamente ligado a duas dimensões: ao ‘trabalho honesto’, que devia ser definitivamente despido de seu conteúdo negativo, e à educação, entendida como política civilizatória”.

Notam-se várias características no Asilo, ao longo dos anos estudados nesta pesquisa, que sugerem uma relação com a Escola Nova. O movimento educacional também estava bastante atrelado a um outro: o do higienismo, que se fez presente na Instituição. A aproximação de ambos era visível, principalmente em relação aos aspectos biológicos e psicológicos das crianças institucionalizadas.

Entre alguns pressupostos existentes no ensino ministrado no interior do Asilo e que podem ser relacionados aos dois movimentos mencionados anteriormente estavam os trabalhos manuais, ensino baseado em fatos e experiências, voltado ao interesse espontâneo da criança, ênfase na educação física e música, marcenaria, sapataria, jardinagem, tecelagem, costura, horticultura, cozinha, entre outras atividades implantadas na Casa ao longo dos anos.

Em 1936 há relatos mais detalhados sobre a prática do ensino ministrado na escola do Asilo. Naquele mesmo ano, no Relatório escrito pelo novo mordomo, Guilherme Dumont Villares, continuava a preocupação com a educação das asiladas. Essa questão estava ligada, como já foi escrito, à instrução prática. Era necessário, segundo ele, dotá-las de melhores noções de “serviços domésticos em geral (cosinha, costura, etc.). O ensino do manuseio de machinas de tecidos, da fabricação de flores, dos bordados finos, etc, póde ter em conjunto algum interesse commercial maior”. (p.206). Ainda de acordo com suas palavras deveriam as meninas “fazer estágios” nos diversos serviços domésticos do Asilo, especialmente na cozinha, para que se “tornem boas empregadas ou optimas donas-de-casa” (p.207)

Em 1943, 86 alunos estavam no ensino primário, 46 meninos e 40 meninas. Havia também um Jardim da Infância instalado no Asilo com 29 crianças que, a partir daquele ano teve no comando a professora Alice Meirelles Reis. De acordo com o mordomo, três alunos concluíram o quarto ano primário, levando-os a prestar os exames finais e “sido aprovados” no Grupo Escolar Godofredo Furtado, no bairro de Pinheiros (p.236).

Aos domingos reuniam-se no salão de festas levando o seu distintivo semanal de boa conduta os que deram prova de geral aproveitamento, durante a semana, frisando-se sobretudo a boa educação. Nesta reunião lhes é dada uma liçãozinha de polidês e de formação de caráter. São nelas também notadas as falhas e mais ainda elogiados os procedimentos corretos, observados durante a semana. Como recompensa aos esforçados, distribuem-se balas, revistas ou qualquer novidade que a ocasião proporciona. Tem-se mostrado muito interessado por essas reuniões um bom número de aluno (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1943, p. 236- grifo nosso).

É interessante notar, a partir dessa citação, o reconhecimento por meio de “recompensas” para aqueles asilados que demonstrassem comportamento adequado e correto, segundo julgamento dos responsáveis pelo Asilo. Há uma certa associação com a questão da moral e dos bons costumes, necessários de inculcá-los para sua boa formação.

Não se pode também deixar de observar que este tipo de “premiação” poderia servir como uma espécie de punição, ainda que velada, àqueles que não eram contemplados com tais “incentivos”. Era uma forma de mostrar, sem o uso de castigos físicos ou maus-tratos, por exemplo, qual a melhor atitude a ser tomada pelos asilados no dia-a-dia na Instituição.

Cabe salientar que, ao longo dos anos estudados neste trabalho, as recompensas extrapolavam a mera premiação. Observa-se a colocação em empresas e bancos aos meninos que mais se destacassem, seja no próprio Asilo ou na escola, em termos de bom comportamento, obediência, resultados positivos em termos de rendimento escolar, entre outros parâmetros.

Em 16 de agosto de 1943 foram iniciadas as aulas na oficina de costura. Para dirigir tal seção foi contratada a professora Genny Simonio, diplomada pela Escola Profissional de São Paulo. De acordo com o relatório da professora, “Apesar de poucas no número, as alunas deram trabalho triplo no aprendizado pela mentalidade viciada que manifestavam” (p.237). Na seção masculina, os meninos realizaram trabalhos de tecelagem, utilizando para isso teares manuais, construções em papel, entre outros materiais.

No período de férias escolares, dezembro a fevereiro, os alunos tiveram um horário especial. Por duas horas diárias, “cuidavam da jardinagem e horticultura. O regulamento foi amenizado com horas de leitura, contos e histórias e também o rádio à tarde”. (p.237)

Estas informações possibilitam uma observação. Mesmo em período de férias, as crianças não tinham um horário realmente “livre” no qual pudessem simplesmente fazer o que quisessem. Pelo contrário, eram também controladas e as atividades desenvolvidas escolhidas pelos responsáveis do Asilo para que não ficassem “à toa” ou, simplesmente, livres pelos pátios e jardins.

Quanto à questão religiosa, pela primeira vez aparecem relatos mais detalhados sobre o assunto. As informações dos Relatórios da Mordomia nos dão conta de que havia um capelão prestando serviços na Casa, mas não se encontrou nenhuma notícia sobre seu trabalho no interior do Asilo. Em 1943, os asilados fizeram um retiro espiritual “nos dias 13,14 e 15 de julho” (p.238).

Em 1943 ainda, no mês de julho, Leopoldina Saraiva iniciou seu trabalho como assistente social junto ao Asilo, designada pelo Serviço Social de Menores (p.263). Em seu primeiro relatório, de 30 de dezembro de 1943, escreveu estar impressionada com a postura das meninas uma vez que “havia desconhecimento total da vida fora do Asilo e o que é pior, muitas vezes uma idéia absolutamente falsa do que as esperaria no mundo” (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1943, p. 264).

Para atenuar esses problemas tomou algumas atitudes: a instalação de uma oficina pré-vocacional para meninas maiores de dez anos “visando o combate á ociosidade e início de preparo profissional” (p.264) e uma biblioteca.

As críticas às práticas existentes no Asilo, crescentes com o ingresso dos profissionais vinculados ao governo, culminam com a saída das Irmãs de São José, em julho de 1944, quando a professora Branca Leite de Mello, também comissionada pelo governo do Estado, assumiu a direção do Asilo. Em seu relatório, Branca de Mello dizia ter encontrado “meninos de 9 a 10 anos ainda no primeiro ano” (p.257). Sua atitude foi matricular-los no Grupo Escolar “São Paulo”. De acordo com a diretora, os 13 meninos:

[...] lutaram a principio com alguma dificuldade, pois estavam bem atrasados que os demais colegas. A mudança de ambiente, o contato com o mundo provocou uma salutar reação nestes pequenos, despertando-lhes grande interesse pelo estudo. As notas baixas do primeiro mês foram subindo, chegando dois deles a serem os primeiros de suas respectivas classes. A nomeação de mais uma professora do Estado para cá veio dar novo impulso à instrução daqueles que não lograram matricular-se no Grupo por falta de vagas. Os métodos empregados nas escolas públicas conseguiram despertar-lhes interesse, sendo ótimo o resultado alcançado (1944, p. 258).

O Relatório do ano de 1945 informa que o programa estava baseado nos Centros de Interesse sendo que, naquele ano, foram desenvolvidos, com os meninos, seis Centros de Interesse cujos temas foram trazidos pelas próprias crianças.

Os Centros de Interesse deveriam ser grupos de aprendizado organizados de acordo com a faixa etária dos alunos. O desenvolvimento das atividades proporcionava “o ajustamento da criança ao grupo social, a aquisição de novas técnicas de trabalho e a formação de bons hábitos” (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1945, p.259).

Em 1948, o Asilo passou a contar com um Curso maternal, cujo objetivo era, segundo relatório, de “dar aos pré-escolares hábitos que melhorassem suas condições físicas, morais e sociais” (p.258). Também houve na Capela do Asilo a Primeira Comunhão de oito meninos, sendo que as aulas de catecismo foram ministradas semanalmente com a colaboração da professora Olinda Pinto de Miranda (p. 262).

O último relatório relativo à educação no Asilo data de 23 de fevereiro de 1950. Nele há descrições do que foi trabalhado no ano anterior. Entre outras atividades, os alunos participaram de jogos livres, passeios ao redor do Asilo, jardinagem e brincadeiras com bola, bicicleta e patinetes.

Pelo que verificamos ao longo do texto, o foco dado à escola e ao ensino no interior do Asilo esteve voltado à formação prática e utilitária dos asilados. Esta era a intenção, pelo menos em boa parte do recorte demarcado nesta pesquisa: para os meninos, “transformá-los” em homens trabalhadores e úteis à Nação. Quanto às meninas, serem capazes de “cumprir” o papel de mãe e ou esposa exemplar ou então desempenhar, com eficiência, serviços domésticos numa casa de família.

Vale lembrar ainda que a escola instalada no interior da instituição utilizava-se do modelo oficial de ensino e o aplicava, com as devidas adaptações, à estrutura da Casa. Essa medida tinha a ver com o fato de que, ao completarem 12 anos de idade os meninos teriam que estudar fora do Asilo, em escolas que ofereciam o ensino acima do primário ou mesmo em escolas técnico-profissionais. Neste sentido, estudando por meio de um conteúdo semelhante ao oficial, teriam maiores chances de continuar seus estudos, o que de fato acabava ocorrendo com um grande número de crianças.

Temos, então, o Asilo dos Expostos como local de referência à criança abandonada na cidade de São Paulo. As práticas utilizadas em seu interior tinham um objetivo bastante claro: transformar as crianças pobres, desvalidas, órfãs, em cidadãos úteis para a sociedade, principalmente em termos econômicos. Neste sentido, conclui-se que o olhar sobre essas crianças institucionalizadas foi marcado por uma concepção política, social e econômica diferenciada, que determinava a elas um lugar predefinido na escala social em função de sua origem, gênero e até mesmo raça.

Referências

Fontes primárias

- Anuários de Ensino do Estado de São Paulo – 1911 - 1921
- Cadernos de asilada. Anos de 1917 e 1919

- Regimento Interno das Escolas Públicas de São Paulo. São Paulo, 1894
- Relatório apresentado ao Presidente do estado de São Paulo, 1896
- Relatórios da Mordomia dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, referentes aos anos de: 1901 a 1949.

Bibliografia

- AMARAL, Tancredo. *Ensino Cívico – o Estado de São Paulo*. Livro destinado á leitura das classes primárias adiantadas. São Paulo : Alves & Cia., 1896
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no estado de São Paulo : a reforma de 1920*. São Paulo : Faculdade de Educação – USP, 1976
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª. ed. rev. ampl. Brasília: Ed. UNB, 1963.
- BORGES, Wanda. R. *A profissionalização feminina : uma experiência no ensino público*. São Paulo: Ed. Loyola, 1980.
- BRUZZO, Cristina. *Em nome da saúde...da ordem e do progresso : Discurso e prática dos médicos do Serviço Sanitário paulista no final do século XIX*. Campinas, 1988. Dissertação (Mestr.) Unicamp
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CUNHA, Luiz Antonio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. In: *Fórum Educacional*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, vol. 3 , n. 3, p.3-47 , jul./set. 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In : ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; MAGALDI, Ana Maria (orgs.). *Educação no Brasil: História cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- GONÇALVES, Gisele Nogueira. *A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889-1920)*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestr.) PUC-SP
- KUHLMANN JR., Moysés. *Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922)*. Exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestr.) PUC-SP
- _____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 4ª ed., Porto Alegre: Mediação, 2007.

KUHLMANN JR., Moysés, ROCHA, José Fernando Teles da. Educação no Asilo dos Expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p.597-617, set./dez. 2006

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873-1934*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. Campinas: Autores Associados, 1995.

ROCHA, José Fernando Teles da. *Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia (1896-1950)*. Itatiba, 2005. Dissertação (mestrado) USF.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, FARIA FILHO; VEIGA (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte:Autêntica, 2000.

Recebido em março de 2009

Aprovado em maio de 2009